

MOVIMENTO  
PARANÁ  
SEM CORRUPÇÃO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CERRO AZUL  
"MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO"

Autos de Procedimento Administrativo n.º MPPR-0034.14.000085-1

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CERRO AZUL, COM A FINALIDADE DE INFORMAR A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES SOBRE O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES-PR JUNTO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CERRO AZUL-PR (AUTOS 0000753-75.2013.8.16.0067, MM. JUÍZO DA VARA CÍVEL DE VERRO AZUL-pr, E COLETAR INFORMAÇÕES PARA FORMULAÇÃO DE PROPOSTA DE MINUTA DE LEI MUNICIPAL ACERCA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DA CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL - PR, NOS TERMOS DO ART. 26, VII, DA LEI N.º 8.625/1993. Aos 24 de maio de 2014, sábado, por volta das 09h15m, na Câmara Municipal de Doutor Ulysses, no município de Doutor Ulysses-PR, teve início a audiência pública sob a presidência do Promotor de Justiça da Comarca de Cerro Azul, Dr. Rafael de Sampaio Cavichioli, com a participação das pessoas e representantes do poder público indicados nas listas de presença em anexo. O Promotor de Justiça deu início aos trabalhos cumprimentando as autoridades e munícipes presentes e passando a explicar as razões da realização de uma audiência pública sobre o transporte escolar no município; informou a existência de Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre a Prefeitura Municipal e a Promotoria de Justiça de Cerro Azul no mês de fevereiro do corrente ano, pelo qual a Prefeitura Municipal se comprometeu em regularizar a prestação do serviço de transporte escolar no Município de Doutor Ulysses, garantindo o transporte escolar ininterrupto aos alunos do município, sendo que o descumprimento do termo pode acarretar a responsabilização do administrador municipal. Passadas estas considerações iniciais, o Promotor de Justiça apresentou uma sugestão de Projeto de Lei sobre o transporte escolar, explicando seus termos e ressaltando a importância da participação popular para a implantação de uma regulamentação adequada à realidade local, uma vez que não existe regulamentação municipal acerca do tema; Falou sobre a necessidade de criação do Conselho Municipal do Transporte, explicando as atribuições deste aos presentes, seu processo de formação e como se daria sua composição. Após, o Promotor de Justiça distribuiu cópias da minuta de sugestão de Projeto de Lei sobre o transporte escolar aos representantes do poder público presentes e a alguns populares, sendo encaminhada cópia ao Prefeito Municipal para apreciação, explicando que tal poderá ser alterada e depois ser encaminhada à Câmara de Vereadores para votação, sendo que ressaltou que cabe ao cidadão acompanhar a tramitação do referido projeto de lei; Que pretende no segundo semestre do ano corrente realizar uma nova audiência pública para saber se o projeto de lei foi aprovado e se o serviço está sendo prestado de forma regular. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao Secretário Municipal de Educação de Doutor Ulysses, Sr. Andriano



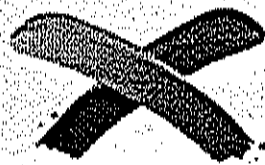
## MOVIMENTO PARANÁ SEMCORRUPÇÃO

Cunha Bacelar, que cumprimentou os presentes e fez uma breve explanação sobre os problemas de transporte escolar no município; falou sobre a resolução estadual sobre o transporte escolar, explicando quem teria direito ao transporte escolar, narrando aos presentes quais os direitos, garantidos pela resolução estadual, aos usuários do serviço público de transporte escolar; expôs em que consiste o Conselho Municipal do Transporte escolar, sua composição, pedindo aos populares interessados que procurem a Secretaria Municipal de Educação para compor o Comitê; em seguida, passou a expor as condições em que o Município de Doutor Ulysses presta o serviço de transporte escolar, a dificuldade deste em arcar financeiramente com o transporte dos alunos da rede estadual e municipal de ensino, a dificuldade em aquisição de novos ônibus escolares e a terceirização do serviço; ressaltou a criação de um termo de ocorrência pela Secretaria Municipal de Educação, pelo qual o pai, ou responsável, do aluno pode buscar diretamente junto ao Poder Público, a solução de problemas observados na prestação do serviço de transporte escolar no município; pontuou que muitas das reclamações a respeito do transporte escolar não chegam até a Secretaria Municipal de Educação, o que gera a demora na solução de eventuais obstáculos à prestação do serviço. Em seguida, o Presidente agradeceu a exposição feita pelo Secretário Municipal de Educação, ressaltando que a sistemática adotada pela Promotoria de Justiça de Cerro Azul, quando algum popular busca a solução de problemas ligados à prestação inadequada dos serviços públicos, é a de, inicialmente, encaminhar este às autoridades públicas responsáveis pelo serviço, para que tais promovam o saneamento de possíveis irregularidades e, por fim, não sendo regularizada a prestação do serviço, orienta-se o popular a retornar à Promotoria de Justiça, para as devidas providências. Após, o Presidente deu início aos debates sobre o transporte escolar. O Sr. João Cândido Leal se manifestou expondo o problema da estrada do bairro dos Cordeiros, a qual há tempos está em péssimas condições, obstando que o serviço de transporte escolar seja prestado de uma forma constante, sendo que já procurou a as autoridades públicas para solucionar a questão, mas não obteve êxito na solução do problema; questionou também a mudança da escola em que seus filhos estudavam para outra localidade, o que fez com que seus filhos tivessem que andar uma maior distância para pegarem o transporte escolar. O Promotor de Justiça passou a esclarecer que atualmente não há uma regulamentação municipal acerca da distância máxima que um aluno deve percorrer até o local onde passa o transporte escolar, motivo que impossibilita o Ministério Público de cobrar judicialmente alguma providência da Administração Pública; desta forma, voltou a falar sobre a importância da minuta de projeto de lei apresentada, a qual serve como sugestão, cabendo à população cobrar de seus representantes eleitos a regulamentação da matéria. O Secretário de Educação informou que, com relação à mudança do local de funcionamento da escola, foi feito um estudo na localidade e chegou-se a conclusão de que tal mudança atenderia ao interesse de um maior número de estudantes; quanto a distância percorrida pelos filhos de João Cardoso Leal, explicou que cabe a este ir até a Secretaria de Educação, preencher o termo de ocorrência, que a questão será devidamente analisada e, constatada a irregularidade na prestação do serviço, serão tomadas as devidas providências. O Sr. João Cândido Leal apontou como principal



## MOVIMENTO PARANAENSE SEM CORRUPÇÃO

obstáculo ao transporte escolar na região dos Cordeiros, as péssimas condições da estrada, que por muitas vezes se torna intransitável; questionou, também, o fato de seus filhos terem de andar 2 quilômetros até o ponto de ônibus. O Presidente esclareceu que o serviço de transporte escolar é para todos, não sendo viável a condução de cada estudante até a porta de sua casa, voltando a ressaltar a importância da regulamentação da distância máxima a ser percorrida pelo aluno até o local contemplado pelo transporte escolar, se fazendo necessária a aprovação de lei municipal acerca da matéria, para se delimitar a responsabilidade do poder público. O Sr. Miguel Levino Geliet relata a construção irregular de uma cerca, muito próximo à estrada, feita por um particular, o que estaria por gerar riscos aos moradores da região. Pelo Promotor de Justiça foi explicado que deverá ser analisada a regularidade da obra, devendo o Poder Público fiscalizar e impedir eventuais irregularidades. O Sr. José Paulo Bitencourt, representante da prefeitura, conjuntamente com o Secretário de Obras, Sr. Antônio Carlos Shumaker, se prontificaram a verificar a situação e resolver o problema relatado. O Sr. Joselei Bodi, morador do Bairro Figueira, relata que a situação das estradas do Município é caótica, sendo que em período de chuva as vias ficam quase que intransitáveis, mas, mesmo assim, o transporte escolar é feito a mando das autoridades, o que gera um grande risco para as crianças. O Secretário de Educação, Sr. Aníbar Cunha Bacelar, bem como o Secretário de Transporte, Sr. Antônio Carlos Shumaker, argumentam que em período de chuvas, realmente a estrada principal do bairro Figueira se torna muito perigosa, necessitando de reparos quase que diários. O Secretário de Educação esclareceu, ainda, que todos os motoristas, responsáveis pelo transporte escolar, estão orientados a não prestar o serviço, caso constatem que as estradas estejam muito danificadas e não confirmem segurança aos usuários do serviço; falou que por tal motivo, muitas vezes há falta de transporte escolar em determinadas localidades, justamente por não haver condições de segurança para os alunos. As Sras. Vanilda Fitz da Silva sustenta que há anos a estrada do bairro Figueira está em péssimas condições, sendo que ninguém toma providência para arrumá-la. O Secretário de Transporte argumentou que as máquinas da Prefeitura estavam trabalhando em outra localidade, que se encontrava em piores condições, sendo que já está programado reparos na estrada do Bairro Figueira nos próximos dias. As Sras. Fabiana Deboni e Armíria de Aelúia dos Santos argumentam que as péssimas condições das estradas são gerais; que no bairro dos Cordeiros os ônibus não conseguem trafegar, e quando conseguem, as crianças são colocadas em risco, sendo que a população já fez até um abaixo assinado, para ver se as autoridades públicas tomavam alguma providência, mas nada foi feito; dizem que até para andar a pé é complicado, sendo que tal situação perdura por mais de 90 (noventa) dias. O Presidente aduz que, pelo Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela Prefeitura, esta tem o prazo de 60 (sessenta) dias para regularizar a situação do transporte escolar, sob pena de multa, prazo este contado da data da assinatura do termo perante a Promotoria de Justiça; Orientou as pessoas que se sentirem prejudicadas pela não prestação adequada do serviço, para que faça um abaixo assinado, com os nomes das crianças e os dias em que não houve a prestação do serviço e levem até a Promotoria de Justiça, pois assim poderá ser executado o Termo de Ajustamento de Conduta. O Secretário de Educação se



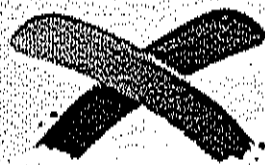
## MOVIMENTO PARANÁ SEMCORRUPÇÃO

prontificou a verificar a situação. A Sra. Armira de Aleluia dos Santos, voltou a falar o problema do transporte escolar são as péssimas condições das estradas, o que gera constantemente riscos aos alunos. A Sra. Fabiana Debani voltou a falar das péssimas condições da estrada dos cordeiros, dos riscos que os alunos estão correndo e questionou se não haveria como liberar as crianças mais cedo das aulas, pois o trajeto de volta para a casa é longo e seus filhos tem que caminhar alguns quilômetros, tarde da noite, muitas vezes de baixo de chuva, até chegarem em casa. O Presidente falou sobre o problema da conservação das estradas, que, pelos questionamentos do povo, aparenta estar conferindo perigo quando da prestação do serviço de transporte escolar, e orientou a Sra. Fabiana Debani para que procurasse a prefeitura, fizesse uma reclamação formal acerca da situação da Estrada dos Cordeiros e, caso não seja solucionado o problema, que compareça à Promotoria de Justiça para as devidas providencias. O Secretário de Transporte argumentou que a localidade referida pela Sra. Fabiana, não faz parte do trajeto da linha escolar, sendo que os filhos dela têm que andar certa distância até o ponto de ônibus, e este trecho é muito ruim. O Secretário de Planejamento, Sr. André Luiz Simões, argumentou que a questão a ser fixada é a distância máxima que o aluno terá que percorrer até ter acesso ao transporte escolar. O Presidente explicou que a falta de regulamentação acerca da distância máxima que o aluno terá que percorrer, para ter acesso ao serviço de transporte escolar, impossibilita a interposição de ações judiciais para a apuração da conduta dos representantes da administração pública; Voltou a falar da importância da aprovação de uma lei municipal acerca do tema, sendo que cabe ao povo cobrar de seus representantes eleitos que cumpram suas funções e legislem sobre o tema. A Sra. Adriana Regina do Nascimento argumentou que o problema maior não seria a distância percorrida até o ponto onde passa ônibus, mas as péssimas condições deste trecho de estrada, pois muitas vezes se faz impossível percorre-los. O Presidente narrou que entendeu as dificuldades que a população vem tendo, argumentando que a regulamentação desta distância a ser percorrida até o ponto de ônibus é de suma importância, para que não se exija que o aluno e seus familiares tenha que passar por qualquer tipo de constrangimento e dificuldades para ter acesso ao serviço público. O Sr. José Paulo Bitencourt, argumentou que o Município realmente é pequeno, mas sua malha viária é muito extensa, sendo que não há viabilidade orçamentária para disponibilizar uma linha de ônibus para cada estrada do Município. O Presidente informou que gastos com crianças e adolescentes são prioridades, cabendo ao Município prover todos os direitos inerentes a estes; disse que se o problema existe, deve ser solucionado. O Sr. José Paulo Bitencourt, afirmou que o problema está sendo solucionado, mas é algo que demanda tempo. O Presidente voltou a falar sobre a importância da criação do Conselho Municipal do Transporte Escolar, afirmando que através deste a população teria melhores condições de discutir os problemas acerca da má prestação do serviço, conseguiria debater o tema, buscar as melhores soluções para o caso, fiscalizar a forma que está sendo gasto o dinheiro público; Narrou que o conselho reparte as responsabilidades, pois as decisões são tomadas em conjunto com a população. A Sr. Celmira de Aleluia Meri, moradora do Bairro dos Cordeiro, narra que a prefeitura chegou a arrumar a estrada próxima a sua residência, porém, quando chove, estraga tudo novamente, sendo que fica



# MOVIMENTO PARANÁ SEMCORRUPÇÃO

perigoso para os ônibus trafegarem, gerando um grande risco a integridade física dos alunos; que quando a escola em que sua filha estudava mudou de lugar, falaram que era para melhorar as condições de todos, porém acha que só piorou. O Presidente argumentou que não duvida que seja difícil a manter as estradas em condições ideais de tráfego, mas talvez as soluções encontradas pela prefeitura não sejam as melhores, pois os problemas persistem; Explicou ainda que, mesmo que a administração pública tenha sua parcela de culpa, não adianta a população apenas ficar reclamando da Prefeitura, cabe a todos participar da solução deste problema, sugerindo medidas que possam resolver o problema; Argumentou que uma das saídas seria a criação de novas escolas nas localidades onde o acesso é mais difícil, mas falou que tudo depende de uma avaliação, para ver se há viabilidade de implantação de tal medida. O Sr. José Paulo Bitencourt, narrou que já tem dois projetos para a construção de duas novas escolas, uma no Bairro dos Cordeiros e outra na região do Sete Quedas, sendo que nesta semana agora foi liberada a primeira parcela da verba que será utilizada para as obras. O Secretário de Educação, falou que realmente, a criação de novas escolas nos bairros, facilita o transporte, porém, a Secretaria foi orientada a acabar com as salas multi-seriadas, que seriam aquelas salas de aulas montadas em certas localidades e que atendam a todos os jovens, quase que ao mesmo tempo, mas não proporcionariam um ensino de qualidade; Apontou que a ideia deve ser a prestação de um ensino de qualidade e de um transporte também de qualidade. O Promotor de Justiça voltou a falar que cabe à população e aos secretários discutir o problema e chegar em um denominador comum, pois, no momento, ninguém sabe a resposta para o problema; Ressaltou a necessidade da criação do Conselho Municipal do Transporte Escolar, a importância da participação popular na vida política, para que os representantes do povo tomem a iniciativa de regulamentar a matéria. A Sra. Fabiana de Deboni, narrou que o problema não é o transporte escolar, mas sim as péssimas condições das estradas. O Secretário de Transporte argumentou que a Prefeitura não possui maquinário suficiente para manter todas as estradas em perfeito estado de conservação, e com as chuvas a situação piora. O Sr. André Luís Simões, também sustentou que a situação da manutenção das estradas é difícil, que o Município tem muitos problemas a serem resolvidos; para ilustrar as dificuldades, relatou uma obra que estava sendo feita em parceria com o Governo do Estado, onde restaram 14 máquinas na frente de trabalho, por 6 (seis) meses (destes apenas aproximadamente 75 dias de trabalho, devido às chuvas na região) para fazer 45 quilômetros estrada; Sustentou, por fim, que o fato de a Administração Pública contar com poucas máquinas e as constantes chuvas, tornam quase que inviável manter todas as estradas em perfeito estado de conservação. O Sr. João Dias, morador da região denominada Ribeirão da Lagoa, argumentou que gostaria que fosse instalada uma escola na região. O Promotor de Justiça asseverou novamente a importância da criação do Conselho, por este ser um espaço democrático, que poderá ser composto por representantes das diversas localidades do município, em que a população vai poder discutir com o poder público as melhores soluções para o problema do transporte escolar; Falou que para que a criação do Conselho se concretize, deve a população cobrar de seus representantes eleitos a formulação e votação do projeto de lei que verse sobre o



## MOVIMENTO PARANÁ SEMCORRUPÇÃO

tema; sugeriu também a realização de uma nova audiência pública no segundo semestre do ano de 2014, para levantar quais as medidas foram tomadas pela prefeitura, bem como se houve a apresentação de projeto de lei sobre o tema junto a Câmara dos Vereadores. O Sr. Simão Pedro de Matos, morador do Bairro Figueira, narrou que um dia de serviço arrumaria a estrada que liga o bairro até a escola. O Presidente expos que a solução para os problemas não deve ser individual e sim coletiva; Argumentou que os problemas suportados pela população são os mesmos, sendo que as soluções devem ser pensadas de modo a atingir todos; Ressaltou a importância da realização de audiências públicas e da formação dos Conselhos, pois desta forma podem ser levantados os problemas e buscadas soluções que melhor atendam a todos. A Sra. Nilva Aparecida dos Santos, moradora do bairro Pinas, argumentou que a melhor solução para o problema do transporte escolar seria a criação de escolas mais próximas. A Sr. Armínia de Aleluia dos Santos, moradora do bairro dos Cordeiros, perguntou de que forma iria funcionar o Conselho Municipal de Transporte Escolar. O Presidente falou sobre o que foi sugerido na minuta de proposta de projeto de lei por ele apresentada, as regras relativas ao Conselho ali constantes, mas pontuou que as regras sobre o funcionamento do Conselho terão que ser definidas no projeto de lei apresentado aos vereadores, e dependerão de aprovação pela Câmara Municipal; Falou que, uma vez aprovadas as regras de funcionamento do Conselho, este deverá ser formado nos moldes estabelecidos pela legislação, podendo ser cobrada a sua instituição e, caso não seja posto em funcionamento, a questão poderá ser levada ao Ministério Público para as devidas providências. O vereador Elizeu de Matos se prontificou a apresentar o projeto de lei para votação. O vereador Lucas Branco da Silva, argumentou que será importante a criação do conselho; Narrou que no ano de 2013, teve denúncia acerca do transporte escolar no bairro Ribeira e que o conselho, se existente, poderia buscar a solução mais adequada; questionou a delimitação da distância máxima a ser percorrida até o ponto de ônibus em 2 quilômetros, argumentando que muitos pais não podem acompanhar seus filhos ao longo do trajeto, pois saem cedo para trabalhar no campo, sendo que as crianças acabam ficar obrigadas a caminhar por regiões isoladas, o que as expõem a riscos. O Presidente falou que todas estas questões devem ser objeto de discussão quando da elaboração do projeto de lei, passando, na sequência, a abrir a palavra aos professores presentes na audiência, os quais não se manifestaram. O Sr. Daniel de França, morador do Bairro dos Cordeiros, questionou a possibilidade de as escolas soltarem mais cedo alguns alunos, principalmente aqueles que moram longe, para que estes não tenham que andar tarde da noite, em regiões não habitadas. O Sr. José Paulo Bitencourt respondeu que há necessidade de se estudar o calendário escolar, bem como consultar o Núcleo Regional de Educação, para ver a viabilidade de soltar os alunos mais cedo. A Sr. Gizeli de Cassia Schneel, Diretora do Colégio do Salto Grande, argumentou os alunos podem sim ser dispensados mais cedo das aulas, porém não todos os dias, pois há a necessidade de cumprir a quantidade de horas mínimas anuais de ensino; que geralmente, aqueles alunos em que o transporte escolar passa por estradas consideradas de risco, são liberados mais cedo. O Secretário de Educação se comprometeu em discutir a ideia e ver a viabilidade de liberar mais cedo aqueles alunos com maiores necessidades, porém pontuou que existem muitos fatores



## MOVIMENTO PARANÁ SEMCORRUPÇÃO

que impedem a medida. O Promotor de Justiça explicou a existência do Plano Nacional de Educação, o qual prevê a implantação do ensino em período integral, ideia esta que está sendo discutida para a implementação em todo território nacional; Falou que mesmo que o Plano Nacional de Educação ainda seja uma meta, nada impede que o Município de Doutor Ulysses implante o sistema, porém a ideia deve ser discutida com toda a população. A Sr. Vani Felix da Silva, argumentou que a prestação do serviço de transporte escolar melhorou muito no Município, porém os motoristas responsáveis pela prestação do serviço apontam como maior problema as madeireiras instaladas em Doutor Ulysses, sendo que os caminhões destas estragam as estradas. O Promotor de Justiça sustentou que quando da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, foi levantada a questão das madeireiras, sendo orientado ao Prefeito a necessidade de criação de leis municipais que regulamentem o uso das estradas municipais, inclusive pelas madeireiras; Voltou a apontar a importância da população participar da vida pública do município, cobrando dos vereadores o debate de temas importantes, que atingem toda a população, criando leis que impeçam a perpetuação de alguns problemas pontuais e que geram grande problemas à sociedade. A Sr. Vani Felix da Silva, argumenta que muitos alunos levantam cedo, andam muito até conseguir pegar o transporte escolar e, quando retornam para suas residências, chegam tarde da noite. O Secretário de Educação falou que foi priorizada a matrícula dos alunos que moram em localidade mais distantes no período da manhã, para que este não cheguem muito tarde em suas residências, porém, pela alta demanda de alunos já matriculados o período da manhã, não há como atender a todos. O Secretário de Planejamento argumentou que a prefeitura vem mantendo diálogo com os donos das madeireiras; Falou que na próxima reunião com os representantes das madeireiras, vai ser decidido qual providência tomar; falou que esta nova reunião ainda será agendada, sendo que a data será informada à população e clamou para que todos venham participar. O Sr. Joseli Bodi, morador do Bairro Figueira, argumentou que falta boa vontade da administração pública para resolver a questão das estradas. O Sr. José Paulo Bitencout, disse que está sendo realizado um cronograma para reparo das estradas municipais. O Sr. João Cândido Leal, morador do Bairro dos Cordeiros, disse que não há maquinário suficiente à disposição da prefeitura, sendo que existem estradas que estão há mais de 2 anos sem reparos. O Sr. José Paulo Bitencout, disse que quando a prefeitura arruma em uma determinada localidade, em outra acaba por estragar. O Secretário de Planejamento, argumentou que tem que ser levado em consideração o período de chuvas, onde não se dá para trabalhar, a falta de recursos pelo município, sendo que o problema é muito complexo, demandando tempo para ser resolvido. A Sra. Elizamara Pereira, alega que as máquinas da prefeitura não trabalham nem em dia de chuva e nem de sol; questionou o porquê de as obras não serem feitas por completo em um bairro, para depois passar para outro; apontou, ainda, que todos os bairros do município estão com problemas. O Secretário de Planejamento argumentou que por diversas vezes são planejados reparos em determinadas localidades, mas por problemas maiores em outras localidades mudam-se os planos. A Sra. Vanilda Fitz da Silva, moradora do bairro Figueira, falou que há tempos não vê qualquer máquina passando na região, sendo que por inúmeras vezes viu o maquinário parado na prefeitura. O Secretário



MOVIMENTO  
**PARANAENSE**  
SEM CORRUPÇÃO

de Transporte argumentou que há a falta de operadores para as máquinas, mas que estão fazendo as obras, sendo que 60% a 70% das estradas contempladas com o transporte público estão prontas; falou ainda que o problema maior são as chuvas, mas dentro do possível estão fazendo as obras necessárias. O Sr. Albani de Souza, apresentou uma ideia para solucionar a questão referente às estradas, sugerindo a contratação de pessoas para fazer a manutenção constante das estradas, cortando o mato, arrumando as canaletas para o escoamento da água da chuva, conservando por mais tempo as boas condições das estradas. O Presidente enalteceu a ideia apresentada, narrando que se trata de solução viável, sendo uma medida que atingiria o problema de todos, aumentaria os postos de trabalho no município, sendo necessário se debater melhor sobre a proposta. O Sr. José Paulo Bitencourt, narrou que não haveria recursos suficientes para contratar o número necessário de pessoal para realizar o serviço, mas que a ideia é boa e pode sim ser objeto de estudo. O Sr. Albani de Souza argumentou que sua ideia serviria como uma ação preventiva, buscando evitar a necessidade do uso constante de máquinas para solucionar os problemas das estradas. O Secretário de Educação salientou que o Município possui vários Conselhos, sendo que cabe à população participar mais ativamente da vida política, para buscar a melhor solução para os problemas; Agradeceu a presença de todos na Audiência. Por fim, o Promotor de Justiça cumprimentou a todos, agradecendo a presença e participação, e salientou que, os problemas levantados na audiência são uma realidade e devem ser solucionados, sendo que no 2º semestre do ano de 2014 o Ministério Público buscará realizar nova audiência pública para avaliar o que foi feito; após, deu por encerrada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata pelo Assessor que abaixo assina, tendo sido revisada pelo Promotor de Justiça que abaixo assina, anexando-se as listas de presença desta Audiência Pública. O Promotor de Justiça que presidiu a audiência também abaixo assina.

  
MARCELO DE ASSIS FAGUNDES  
ASSESSOR DE PROMOTOR DAS-5

  
RAFAEL DE SAMPAIO CAVICHIOLI  
Promotor de Justiça



# MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO n.º MPPR-0034.14.000085-1

## LISTA DE INSCRIÇÕES DOS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

DOCTOR ULYSSES/PR

TEMA: TRANSPORTE ESCOLAR

DATA: 24 de MAIO de 2014

HORÁRIO: DAS 9H00M ÀS 12H00M

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE DOCTOR ULYSSES-PR

NOME	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	CONTATO/E-MAIL E/OU TELEFONE
Adilson da Silva	CÂMARA	4188363962
Elizeu de Matos	CÂMARA MUNICIPAL	matoseliz@uol.com.br
Yose Kenel	CÂMARA MUNICIPAL	041 8860061-36645043
Antônio Schimobele	PEFFTRA	041-872-198890
Antônio Abel de Melo	Comissão Tutelar	041 8803-6112
Orlando José Sarda	Semana Planejamento	8765-9292 - ANDRÉS MESSIAS
José Paulo Biancoulli	CONTINGÊNCIA INTERNA	CONTINGENCIAINTERNA@MUNICIPIO.PR.GOV.BR
Alfredo Cunha Breclari	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO	educacao@duobro.com.br
Alcione R. Nocimento	Cel. Est. Tênis de Mesa	onquide@uol.com.br
Renald N. Costa da Silva	Escola Vila Varzea	14188464913
<del>Roberto de</del>		
Roxa Bastel	Escola Vila Varzea	mozartil@ipha.com.br
ELIZAMARA PEREIRA M SILVA	ESCOLA VILA VARZEA	87587350
Vitor Hugo da Silva	Escola Vila Varzea	vitorhugo@hotmail.com

duobro.com.br  
22.900.32  
gov.br

11



# MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO

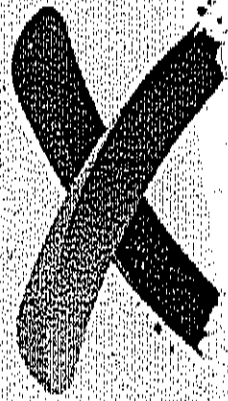
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO n.º MIPPR-0034.14.000085-1

## LISTA DE PRESENÇA – COMUNIDADE

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
DOUTOR ULYSSES/PR  
TEMA: TRANSPORTE ESCOLAR  
DATA: 24 de MAIO de 2014  
HORÁRIO: DAS 9H00M ÀS 12H00M  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES-PR

NOME	NOME DA COMUNIDADE OU ENTIDADE QUE REPRESENTA	CONTATO/EMAIL E/OU TELEFONE
Yolanda P. S. Silva	Soc. Conf.	celo y. gallo @ sob.pr - 91.61.
Robsonia (de mãe do Sombro)		
Aliane de mãe e dos Silva	B. Cardeiros	91 71 79 54
Sulmaria Simões da Oza	Caraguatã	
Meirice Epitafios Soares Machado	Bairro de pinos	
Amélia de Alvim dos Santos	B. Cardineis	
Fabiana Dillone	B. Cardineis	8740 25 96.
Carliane de Oliveira Mieri	B. Cardineis	E 36621504
Neleli Rodrigues da Rosa Silva	B. Cardineis	87469411
Guarice Battli da Luz.	Doutor Ulysses	118 4315235.
Lyoni Ari Pereira	B. revende	8736.1014
Patrícia Maria Machado Chantrelain	B. Cardineis	87458213
Suete APA Silva		
Regiane de Oliveira		





# MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO

ROBERTO CARLOS BOOI	DR. ULYSSES	(41) 8714-2089
Luiz Carlos Bore	Figuera	871441897
Antonio Carlos de Lima	Zitell	8762-1059
Agostinho Lima	Universidade Logos	
Marcelo Pereira	CONDEIRO	
Francini	Conrado	<del>8782664062</del>
Isrenete dos Santos Pereira	Feital	(41) 87350603
André Condino Koryz	condino	8893 2730
de Reclamação Kellian Koryz	condino	8893 2730
BRONKILLI SAO		
Glauco Cardozo de Andrade	Serra Verde	36647062
João Da Paiva Filho dos Santos	<del>Estado mundo novo</del>	
Wlucy de Jesus dos Santos Bode	Mundo Novo	041 9895 8940
Marina F. Branco da Silva	Dr. Ulysses	(41) 88509212
Maurício B. Almeida Sousa	Dr. Ulysses	41- 3664-10-02
ARA CÍ DE SANT		
Daniel de Padua Kay		
Almeida de matos		
Marina de Jesus Valéria Costa	Dr. Ulysses	41 3664 1068
Thiana Justina F. de Almeida	Dr. Ulysses	(41) 36641016
Vanessa Felber	Doutor Ulysses	(41) 87207966

# MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO n.º MPPR-0034.14.000085-1

## INSCRIÇÕES PARA EXPOSIÇÃO DE DEMANDAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

DOUTOR ULYSSES/PR

TEMA: TRANSPORTE ESCOLAR

DATA: 24 de MAIO de 2014

HORARIO: DAS 9H00M ÀS 12H00M

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES-PR

NOME	ASSINATURA	CONTATO/E-MAIL E/OU TELEFONE
01. JOÃO CARLOS LEAL	João Carlos Leal	BAIÃO DOS COMENDADOS
02. MIGUEL BRAZILINO GRETET	Miguel Sebastião Greter	BAIÃO DOS COMENDADOS
03. JOSELEI BODI	Joseleia Bodi	FIGUEIRA
04. JANAÍRA PIZZ DA SILVA	Janaíra Pizz da Silva	FIGUEIRA
05. ANTONIO CARLOS SHUMAKA	Antonio Carlos Shumaka	PREFEITURA
06. FÁTIMA DE ALMEIDA	Fátima de Almeida	COMENDADOS
07. ARMÊNIA DE ALMEIDA DOS SANTOS	Armênia de Almeida dos Santos	COMENDADOS
08. ADRIANA REGINA DO NASCIMENTO	Adriana Regina do Nascimento	DIA ESC EST TAN E AMEJIDA NEVES
09. CALINEIA DE CILÉIA MARI	Calineia de Ciléia Mari	COMENDADOS
10. ANDRÉ SIMÕES	André Simões	COMENDADOS
11. JOÃO DUARTE	João Duarte	COMENDADOS
12. SIMÃO PEDRO DE MATOS	Simão Pedro de Matos	FIGUEIRA
13. NEIVA AL. DOS SANTOS	Neiva Al. dos Santos	FIGUEIRA
14. ELIZABETH DE MATOS	Elizabeth de Matos	FIGUEIRA
15. LUCAS BLANCO DA SILVA	Lucas Blanco da Silva	FIGUEIRA

# X MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO

16.	DANIEL DE FRANCA		- Cordeiros
17.			
18.	Gizeli de Coura Schmidt	DIRETORA DO SAO GLAUCO	Daniel de Franca
19.			
20.	JOSE KEVOL		VEREADOR JOSE KEVOL
21.	VANI FELIX DA SILVA	- ARQUIVO -	PROFESSORA MUNICIPAL
22.	ELIZAMA TEIXEIRA		PROF. MUNICIPAL
23.	ALBANI DE SOUZA		HI-36641383
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			
37.			
38.			
39.			